



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Secretário-Executivo
Rafael Thomaz Favetti

14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Superintendente Regional
Valcir Correia Ortins

Seção de Administração Financeira
José Robson de Sousa Jorge

Seção de Recursos Humanos
Francisco de Assis Costa Filho

Seção de Policiamento e Fiscalização
Jefferson Costa de Araújo

Seção de Corregedoria
Elsa Leandro da Nóbrega

Missão Institucional
Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
A- CONTEÚDO GERAL.....	6
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	6
2. Gestão Orçamentária da Unidade.....	8
a) Responsabilidades institucionais.....	8
I. Competência.....	8
II. Objetivos estratégicos.....	8
b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	12
I. Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.....	12
II. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.....	12
c) Programas sob a responsabilidade da unidade.....	14
I. Relação dos programas e suas principais ações com indicação das respectivas áreas responsáveis e informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício.....	14
d) Desempenho Operacional.....	33
I. Evolução das receitas e despesas.....	33
II. Indicadores Institucionais de Desempenho.....	33
III. Análise do Desempenho.....	34
e) Programação Orçamentária.....	36
I. Programação de Despesas Correntes.....	36
II. Programação de Despesas de Capital.....	36
III. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	36
IV. Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional.....	36
V. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	37
f) Execução Orçamentária.....	37
I. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	37
1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	37
2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	37
3. Evolução de Gastos Gerais.....	37
4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	37
5. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	38
II. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	38
1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	38
2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	38
3. Evolução de Gastos Gerais.....	39
4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	39
5. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	39
III. Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	39
1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	39
2. Análise Crítica da execução orçamentárias por programa de governo.....	39
IV. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ.....	40
1. Análise Crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	40
g) Indicadores Institucionais.....	40
3. Recursos Humanos.....	41
a) Composição do Quadro de Recursos Humanos.....	41
I. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.....	41
b) Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009.....	25
c) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	42
d) Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos.....	44
4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	44
5. Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009.....	44
I. Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios.....	44
6. Informações sobre Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.....	44
7. Previdência Complementar Patrocinada.....	44
8. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	44
9. Renúncias Tributárias.....	44

11. Deliberações dos Órgãos de Controle.....	45
a) Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	45
b) Relatório de cumprimento das deliberações do TCU.....	45
12. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.....	45
a) Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	45
13. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.....	45
14. Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.....	45
B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	46
1. Declaração do contador responsável.....	46

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão do Exercício 2009 visa correlacionar as metas, os resultados e a destinação dos recursos contemplados no Programa de Governo Segurança Pública nas Rodovias Federais durante o exercício. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário, financeiro e da avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2009 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores os relatórios de atividade das diversas áreas desta Superintendências. A perspectiva macro e acompanhamento setorizado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações trazidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, como também, pelos diversos Núcleos e Seções desta Regional, o que permite uma maior ênfase no desempenho monitorado.

Com o presente documento, a 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

VALCIR CORREIA ORTINS
Superintendente Regional

1 - IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			Código SIORG: 000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: Polícia Rodoviária Federal			
Código SIORG: 02819	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 30802
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA			Código CNAE: 8424-8
Telefones/Fax de contato:	(083) 3533-4700	(083) 3533-4740	(083) 3533-4740
Endereço eletrônico: sup.pb@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: BR 230, KM 23, Prédio 2257, Bairro do Cristo Redentor – João Pessoa – Paraíba. CEP. 58.053-002			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal e Lei nº 8.028 de 12/04/1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, publicado no DOU em 13/04/1990			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno definido pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2008, publicada no DOU em 06 de agosto de 2008, do senhor ministro de Estado da Justiça			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200109	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200109		00001	

1.1 – Identificação da Delegacias Regionais e seus Postos de Comando e Controle

A 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal tem, no âmbito do estado da Paraíba, uma estrutura composta por três Delegacias e onze Postos de Controle e Comando. A primeira Delegacia está sediada no Km 32,2 da BR 230, na cidade de Bayeux. Tem sob sua circunscrição quatro postos, quais sejam, Bayeux, situado no mesmo endereço, Café do Vento, no Km 70 da BR 230, município de Sobrado/PB, Mata Redonda, no Km 107 da BR 101 Sul, município de Alhandra/PB e Mamanguape, no Km 38 da BR 101 Norte, na cidade de mesmo nome.

A segunda Delegacia está sediada na Avenida Severino Bezerra Cabral, S/N, José Pinheiro, em Campina Grande e também tem quatro postos sob sua circunscrição. São Santa Terezinha, no Km 144 da BR 230, Farinha, no Km 183 da mesma rodovia, ambos em Campina Grande, Queimadas, no Km 142 da BR 104 Sul, município de mesmo nome, e São Miguel, no Km 93 da BR 104 Norte, município de Remígio/PB.

Finalmente, tem-se a terceira Delegacia, que localiza-se à rua Horácio Nóbrega, S/N, Bairro Belo Horizonte, Patos, com três postos: São Mamede, no Km 310, Pombal, no Km 407 e Cajazeiras, no Km 512, todos da BR 230 e nos municípios de mesmo nome.

2 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE

a) Responsabilidades Institucionais

I – Competência

A Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2008, publicada no DOU em 06 de agosto de 2008, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

- ✓ realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e do de terceiros;
- ✓ exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- ✓ aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- ✓ realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- ✓ credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- ✓ assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

II – Objetivos Estratégicos

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois são o elo de integração nacional. A Polícia Rodoviária Federal, pela sua capilaridade (presente em todo o país) é o contato direto e identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução do número de vítimas de acidentes é possível reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, visto que, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a atual situação caótica em que este se encontra somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verifica-se que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento do volume de mercadorias em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País, pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verifica-se a situação da violência e da criminalidade urbana e rural envolvendo também as "artérias" do nosso país assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transita e acontece na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de um local para outro dentro e fora do país.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou de outra pelas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio da sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

Neste sentido, as ações de combate à criminalidade focadas nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida em que o crime é combatido em determinada localidade, suas ações apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto, é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado existem programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento pelas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o seu combate devido à facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando a população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator constitui-se na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos da execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito propriamente ditos, todo aquele configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando e o transporte irregular de passageiros, dentre muitos outros.

Vários tipos de crimes podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete, dos seguros, escoltas e proteções adicionais que elevam os custos e são repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificadores da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos mais um fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros da situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 (quinhentas) unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3.500 (três mil e quinhentos) municípios em todo o Brasil, além de possuir serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a auto-sustentabilidade de suas despesas correntes garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Junto com os demais órgãos da área de Segurança Pública, a Polícia Rodoviária Federal intensificou sua presença no trabalho de prevenção e repressão ao crime organizado, especialmente no combate ao roubo e furto de veículos e cargas, bem como aos crimes como o narcotráfico, o contrabando e o descaminho, a sonegação fiscal e o tráfico de crianças e adolescentes, além de servir como base de apoio para operações especiais de órgãos como o Ministério Público, as polícias Federal, Civil e Militar, a Receita Federal, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) e o Departamento de Transporte Rodoviário, bem como as Secretarias Estaduais de Fazenda.

Anualmente, a Polícia Rodoviária Federal cumpre um calendário extenso de operações, especialmente em feriados e fins de semanas prolongados. Independentemente disso, ela desenvolve comandos voltados à educação de trânsito e à fiscalização do transporte de produtos perigosos, como substâncias tóxicas, corrosivas, radioativas, materiais explosivos e inflamáveis, fazendo inclusive serviços de batedor para o transporte de cargas de dimensões excepcionais e de urânio.

Na área da Segurança Pública, a Polícia Rodoviária Federal integra, juntamente com as polícias Federal, Civil e Militar, os Conselhos Regionais de Segurança Pública. Atualmente, ela faz parte dos seguintes conselhos: Conselho de Segurança Pública do Sudeste, Conselho de Segurança Pública do Sul, Conselho de Segurança Pública do Entorno do Distrito Federal, Conselho de Segurança Pública do Nordeste, Conselho de Segurança Pública do Meio-Norte e Conselho de Segurança Pública do Norte. Não obstante, a Polícia Rodoviária Federal promove, ainda, cursos e seminários sobre educação de trânsito em escolas, empresas e órgãos públicos.

Ultimamente, em função do aumento de ocupações, manifestações e conflitos envolvendo trabalhadores sem-terra às margens das rodovias federais, a Polícia Rodoviária Federal tem participado, como mediadora, das negociações com os líderes desses movimentos, objetivando sempre a manutenção da ordem nas rodovias.

A 14ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Paraíba vem desenhando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais que, em grande número, requerem a ação do governo

mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da instituição Polícia Rodoviária Federal.

Através destas ações, a Polícia Rodoviária Federal pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

I – Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade está inserida

Os principais objetivos definidos para 2009 foram a diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias, o reforço nas ações de combate à criminalidade e a modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas, aliado à capacitação dos agentes responsáveis pela sua execução na área finalística.

Ressalte-se que a atividade da Polícia Rodoviária Federal não se restringe ao controle de trânsito. Também tem realizado um duro combate aos crimes nele cometidos, como por exemplo direção sob efeito de substância alcoólica/entorpecente, bem como ao tráfico de drogas, contrabando/descaminho, aos crimes ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e aos crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos), entre outros.

II – Plano de ação referente ao exercício a que se refere o Relatório de Gestão

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais nas rodovias, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos.

Para tanto, utilizou-se do expediente do *CARTÃO PROGRAMA*, que é um itinerário das tarefas que o policial realizará no decorrer do seu plantão. Neste, constam os pontos nos quais a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos.

O planejamento do cartão programa é feito pelo Chefe de Delegacia que, através do banco de dados da Polícia Rodoviária Federal, o DATATRAN, verifica os setores com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto no decorrer da semana.

Entretanto, as limitações de efetivo, o grande número de acidentes e mortes em áreas urbanas, bem como a falta de manutenção/aferição nos equipamentos de controle de velocidade instalados pelo DNIT, que estão temporariamente desativados, impactam negativamente na obtenção de melhores resultados.

De outro turno, a utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para inibição ao cometimento de infrações de trânsito em trechos críticos, onde existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, aumento dos índices de acidentes do tipo saída de pista, perda de controle do veículo e conseqüente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos. Em 2009, houve incremento na efetiva utilização desses equipamentos.

Ademais, a utilização de contadores volumétricos de veículos visa verificar quais rodovias são mais movimentadas e em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização. Com o crédito extraordinário destinado a aquisição dos contadores volumétricos, liberado em dezembro de 2008, foram adquiridos equipamentos cuja entrega se efetivou ao longo do exercício de 2009, com previsão de continuação no decorrer de 2010.

No que tange às ações de combate a criminalidade, um dos fatores motivadores é a capacitação do policial, dando-lhe segurança para atuar com mais habilidade e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de melhor detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2009, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o Programa de Atualização Policial, que contemplou Curso de Atualização Policial - Uso Legal e Progressivo da Força/Armamento e Tiro, além de Curso de Atualização Policial – Acidentes e Levantamento de Local.

A insuficiência de recursos ordinários para atender as várias necessidades de reformas impediram maiores avanços nesse aspecto, bem como no parque tecnológico dos postos, resultando em equipamentos já ultrapassados. Ainda assim, a Unidade realizou licitação no final de 2009 para aquisição de 17 (dezessete) estações de trabalho e 05 (cinco) *notebooks*, entregues no início de 2010 e cujos primeiros serão disponibilizados às unidades operacionais e às Delegacias, de modo a promover a renovação necessária.

Na mesma linha, é sabido que as viaturas são o principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal. Devido ao seu intenso uso faz-se necessária a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, bem como de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional do Órgão. Em média, existem 2.000 (duas mil) viaturas em funcionamento, onde o ideal seria a substituição de pelo menos 500 veículos por ano.

Finalmente, a melhoria dos sistemas corporativos é estratégica, uma vez que aumenta o potencial de fiscalização da Instituição, de sorte que se faz necessário maior investimento para o processamento das imagens captadas na utilização de radares fotográficos em locais críticos, bem assim para a fiscalização e autuação com computadores de mão (EDAs).

c) Programas sob a responsabilidade de unidade

I. Relação dos programas e suas principais ações com indicação das respectivas áreas responsáveis

- **Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal**

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente do programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira - CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público-alvo (beneficiários)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

Principais Ações do Programa

- 1D49 - Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal;
- 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal;
- 1835 - Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação;
- 8698 – Manutenção e Modernização de Sistemas de Tecnologia da Informação;
- 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária;

Gestão das Ações

- **Ação 1D49 - Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

Tipo	Projeto
Finalidade	Aquisição de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam as necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade Central, através de instalações adequadas para o desenvolvimento de suas atividades e atendimento a sociedade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura/Coordenação Geral de Planejamento e Modernização/DPRF
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há. Ação Centralizada
---	---------------------------

Não há informações sobre a execução da ação no exercício, pois ela é exclusiva do DPRF, não tendo resultado nas Regionais.

• **Ação 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal**

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura/Coordenação Geral de Planejamento e Modernização/DPRF
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Serviços Gerais

A execução desta ação limitou-se unicamente na aquisição de material de construção e contratação de serviços para emprego na fase de acabamento da nova sede da Delegacia 14/3, situada na cidade de Patos, que foi construída por meio de parceria com a Prefeitura Municipal.

Através de licitação, adquiriu-se R\$ 27.838,94 (vinte e sete mil, oitocentos e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos) em material e contratou-se R\$ 16.139,25 (dezesseis mil, cento e trinta e nove reais e vinte e cinco centavos) em serviços de acabamento.

Embora a Administração reconheça que as edificações de suas bases operacionais já estão ultrapassadas e carentes de ampliações e reformas, tem-se deparado com um reduzido efetivo de policiais na atividade fim e meio, o que dificulta a composição de uma Comissão de Engenharia e Arquitetura pro-ativa e dedicada exclusivamente à elaboração de projetos e acompanhamento de obras.

Ainda assim, está-se envidando esforços para compor uma Comissão no exercício 2010, de modo que não só esta ação, mas também a Ação 8623, tenham uma maior execução e que o público alvo seja melhor atingido com seus benefícios.

- **Ação 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal**

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura/Coordenação Geral de Planejamento e Modernização/DPRF
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Serviços Gerais

Não houve execução da ação no exercício.

- **Ação 1835 - Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação**

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações/Coordenação Geral de Planejamento e Modernização/DPRF
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Telemática

A execução da ação importou em R\$ 101.655,20 (cento e um mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos) na aquisição de aparelhos e equipamentos de comunicação (uma torre de comunicação autoportante de 36m para o Posto de Café do Vento, dois transceptores VHF banda baixa e aparelhos telefônicos para VoIP), máquinas e equipamentos energéticos (um no-break de 600VA para servidor de rede) e equipamentos de processamento de dados (interface E1 para utilização em servidor VoIP, dezessete Computadores Desktop e cinco notebooks).

Devido às restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal, em virtude dos reflexos da crise econômica mundial, deixou-se de adquirir mais uma torre autoportante destinada ao Posto da Farinha, que juntamente com o de Café do Vento, enfrenta dificuldades na área de telecomunicações em virtude de suas posições geográficas, mas que espera-se sanar tal problema no exercício 2010.

• **Ação 8698 – Manutenção e Modernização de Sistemas de Tecnologia da Informação**

Tipo	Projeto
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas e
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações/Coordenação Geral de Planejamento e Modernização/DPRF
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Telemática

Em 2009, a Unidade Jurisdicionada realizou licitações para contratação de serviços continuados de telefonia fixa e móvel, local e longa distância nacional (LDN), que promoveram melhorias nas telecomunicações da Regional, uma vez que foi instalada uma central telefônica digital, que, aliada a aquisição de uma interface celular para utilização em Servidor VoIP, permitiu um maior controle sobre os custos das ligações telefônicas, ao mesmo tempo que beneficiou um maior número de usuários, pois no caso da telefonia fixa, mais ramais puderam ser instalados e, no da telefonia móvel, o número de linhas subiu de dezenove para vinte e cinco. Duas dessas foram instaladas na interface celular adquirida, permitindo que as ligações efetuadas dos ramais VoIP para para os telefones do contrato de telefonia móvel não tivessem qualquer custo.

A rede da Polícia Rodoviária Federal dispõe de diversos serviços relevantes para a Segurança Pública, tais como:

- **Infoseg:** sistema que disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. O sistema é uma ferramenta amplamente utilizada pelos órgãos de Segurança Pública, pois integra nacionalmente as informações de indivíduos com mandados de prisão não cumpridos, respondendo a processos e inquéritos criminais, dados sobre veículos, condutores, armas registradas ou apreendidas pelas Polícias Cíveis, Federais ou pela Justiça Criminal;
- **BR-Brasil:** ferramenta tecnológica com a finalidade de otimizar as ações de policiamento e fiscalização, bem como consolidar o banco de dados de acidentes, permitindo que os boletins de acidentes de trânsito estejam disponíveis na *internet* mais rapidamente;
- **Alerta:** auxilia no combate ao roubo/furto de veículos;
- **Sistema de Multas:** visa garantir a efetiva imposição da penalidade, observando os prazos e rotinas previstas em lei, dentre outros.

Em 2008, a 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal recebeu do Departamento vinte e dois aparelhos *palm tops* (EDAs) programados para funcionarem como talões eletrônicos, com acesso a esses sistemas de segurança, graças ao serviço de conectividade contratado através de adesão a Registro de Preços.

Em 2009, foram recebidos mais seis aparelhos. Como esse acréscimo era superior aos 25% permitidos pela legislação, assim como vislumbrava-se estender o alcance da conectividade através de *mini modems* que poderiam ser conectados a *notebooks*, resolveu-se pela realização de nova licitação.

Atualmente, 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal possui rede em 14 pontos de acesso através da tecnologia *frame relay*, sendo que são 53 microcomputadores na Sede da Regional, 11 nos postos e 08 nas Delegacias. Esta topologia de rede será modificada, pois já está em andamento processo administrativo para licitação, cujo objeto a ser contratado permitirá a migração para tecnologia de rede *Multiprotocol Label Switching* – MPLS. Com essa migração desaparecerão os *links backups* e ter-se-á a incorporação de pontos de outras Regionais. Tal solução trará aumento dos *links* com redução de custo, bem como permitirá uma maior integração entre as redes devido a topologia *full-mesh* que será utilizada para o VOIP (voz sobre IP) e *hub-and-spoke* para dados.

A Unidade executou na ação R\$ 3.930,82 (três mil, novecentos e trinta reais e oitenta e dois centavos) na aquisição da interface celular para a central telefônica, R\$ 125.948,93 (cento e vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e noventa e três centavos) no contrato de telefonia fixa local e longa distância, R\$ 53.600,00 (cinquenta e três mil e seiscentos reais) no contrato de telefonia móvel local e longa distância, R\$ 18,652,89 (dezoito mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e oitenta e nove centavos) em conectividade móvel e R\$ 382.842,83 (trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos) em conectividade fixa.

- **Ação 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária**

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Patrimônio/Coordenação Geral de Administração/DPRF
Coordenador nacional da ação	HENRIQUE ARAÚJO DE LIMA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Patrimônio e Material

Não houve execução da ação no exercício.

- **Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais**

Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente do programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
Público-alvo (beneficiários)	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

Principais Ações do Programa

- 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal;
- 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais;
- 2C78 - Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF;
- 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal;
- 2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal;
- 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais;
- 4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais;

- 4641 - Publicidade de Utilidade Pública;
- 86A1 - Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal;
- 8703 - Atividade Correicional;
- 8692 - Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais;
- 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área da Segurança Pública.

Gestão das Ações

- **Ação 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal**

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atividades.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	RICARDO DE OLIVEIRA BETAT
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Capacitação e Legislação de Pessoal

A Ação de Capacitação executou no ano de 2009, R\$ 97.145,89 (noventa e sete mil, cento e quarenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) em diárias e 63.509,10 (sessenta e três mil, quinhentos e nove reais e dez centavos) em passagens aéreas, por conta das participações dos instrutores da Regional nos cursos de Atualização Policial – Acidentes e Levantamento de Local, que atingiram um público de 122 (cento e vinte e dois) servidores Policiais Rodoviários Federais, lotados na Sede e nas Delegacias da 14ª SRPRF/PB e realizados em João Pessoa/PB, Campina Grande/PB e Patos/PB, além da participação dos instrutores nos encontros para elaboração dos programas das disciplinas dos cursos de formação.

Houve também a participação de um Policial Rodoviário Federal, lotado na Divisão de Operações Aéreas (DOA) da 14ª SRPRF/PB num Curso de Capacitação Específica de Transporte Aeromédico – Módulo de Resgate Primário – Segurança Pública e Defesa Civil, na cidade de Goiânia/GO.

• **Ação 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotécnica. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações/DPRF
Coordenador nacional da ação	CORACI RICARDO FERNANDES VIEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Seção de Policiamento e Fiscalização

A execução da ação em 2009 consistiu, em linhas gerais nos valores listados na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO DO GASTO	VALOR (R\$)
Diárias	192.821,66
Passagens Aéreas	14.880,40
Material de Consumo	692.831,48
Serviços de Terceiros	115.165,91

TOTAL	1.015.699,45
--------------	---------------------

Os valores das diárias e passagens aéreas foram utilizados na realização de 23 (vinte e três) operações especiais, com o objetivo de intensificar a fiscalização em feriados e períodos festivos, 04 (quatro) comandos de saúde as margens das rodovias, comandos educativos e operações especiais de combate ao crime em parceria com outras Superintendências Regionais.

Os gastos mais significativos com material de consumo foram com pagamento de combustível, no valor de R\$ 509.940,90 (quinhentos e nove mil, novecentos e quarenta reais e noventa centavos) e aquisição de peças para manutenção das viaturas, num total de R\$ 143.127,66 (cento e quarenta e três mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos).

No ano de 2008, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, realizou licitação para contratação de empresa especializada em gerenciamento do fornecimento de combustível, onde se previa que a empresa vencedora celebraria Contrato Administrativo individualmente com cada uma de suas Regionais, o que passou a vigorar a partir de 01/11/2008.

No tocante a viaturas, houve um enxugamento da frota, com a alienação de 10 (dez) veículos em Leilão Administrativo promovido pela 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/RN, realizado em 04/11/2009, na cidade de Natal. Estes veículos encontravam-se fora de circulação, uns em virtude de necessidade de manutenção, cujo valor necessário era alto demais, outros por já se encontrarem obsoletos, não mais atendendo às necessidades do serviço. A venda destas viaturas representou uma arrecadação de R\$ 137.300,00 (cento e trinta e sete mil e trezentos reais) aos cofres públicos.

A renovação contínua da frota, embora prejudicada em 2009, por conta das restrições orçamentárias impostas pelos reflexos da crise econômica, tem refletido no gasto com manutenção de viaturas. Em relação a 2008, houve uma redução de 23,41% (vinte e três vírgula quarenta e um por cento) nos gastos com manutenção, aí incluídos os valores relativos aos serviços, que importaram em R\$ 68.831,91 (sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e um reais e noventa e um centavos).

- **Ação 2C78 - Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social/Coordenação Geral de Recursos Humanos/DPRF
Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Seção de Recursos Humanos

(quando for o caso)	
---------------------	--

Não há resultados a relatar sobre esta ação.

- **Ação 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal**

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência/DPRF
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Inteligência

As atividades de Inteligência importaram em R\$ 4.593,93 (quatro mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa e três centavos) com diárias e R\$ 1.393,54 (um mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e quatro centavos) com passagens aéreas. A maior parte das atividades realizadas pelo Núcleo de Inteligência da Regional estão no âmbito interno da Unidade da Federação.

- **Ação 2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal**

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia/Coordenação Geral de Planejamento e Modernização/DPRF
Coordenador nacional da ação	LUCIANO DA SILVA FERNANDES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Telemática

Os gastos da ação resumiram-se a R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) para aquisição de duas novas baterias para os radares móveis e R\$ 1.872,00 (um mil, oitocentos e setenta e dois reais) para aferição destes aparelhos, cuja operacionalidade é de fundamental importância na coibição do excesso de velocidade praticado nas rodovias, causa principal dos acidentes de trânsito ocorridos. Sua utilização resultou na extração de 8.976 (oito mil, novecentas e setenta e seis) autos de infração.

- **Ação 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social/Coordenação Geral de Recursos Humanos/DPRF
Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIRO
Responsável pela execução	Seção de Recursos Humanos

da ação no nível local (quando for o caso)	
--	--

A execução da ação no exercício resumiu-se a R\$ 2.533,96 (dois mil, quinhentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos) para aquisição de lancetas reagentes a colesterol e triglicerídeos para emprego em Comandos de Saúde nas rodovias.

- **Ação 4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Combate ao Crime/Coordenação Geral de Operações/DPRF
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Operações Especiais

Nesta ação foram realizadas quatorze Operações Especiais de Combate à criminalidade, além de comandos específicos, onde os principais resultados obtidos foram 922 pessoas detidas, 40 veículos recuperados, 54 gramas de cocaína apreendida, 154,15 Kg de maconha apreendida, 28,693 Kg de crack apreendido, 47 armas de fogo apreendidas, além de munição, entre outros. Sua execução somou R\$ 37.282,36 (trinta e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos) em diárias e R\$ 1.210,00 (um mil, duzentos e dez reais) em passagens aéreas.

- **Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública**

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social/DPRF
Coordenador nacional da ação	ALEXANDRE CASTILHO DE MOURA COSTA VIEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Comunicação Social

Não há resultados a relatar sobre esta ação.

- **Ação 86A1 – Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal**

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Multas e Penalidades/Coordenação Geral de Operações/DPRF
Coordenador nacional da ação	JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Multas e Penalidades

Não há resultados a relatar sobre esta ação.

- **Ação 8703 – Atividade Correicional**

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Corregedoria Geral/DPRF
Coordenador nacional da ação	CIDENOR GUERRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Corregedoria Regional

Esta ação executou no exercício R\$ 121.703,50 (cento e vinte e um mil, setecentos e três reais e cinquenta centavos) em diárias e R\$ 17.031,83 (dezesete mil e trinta e um reais e oitenta e três centavos) em passagens aéreas.

Foram executadas, em caráter preventivo, sete reuniões correicionais, treze visitas correicionais aos Postos e Delegacias e três palestras correicionais desenvolvidas nas três Delegacias da 14ª SRPRF/PB, abrangendo todo efetivo operacional e administrativo desta Regional.

Em caráter investigativo, foi realizada uma ação de investigação correicional coordenada pela DFAI/CG/DPRF e em caráter apuratório, foram feitas quarenta e duas autuações de processos na seara correicional de janeiro a dezembro de 2009, que geraram oito Sindicâncias Investigativas, duas Sindicâncias Administrativas Disciplinares e dezesseis Processos Administrativos Disciplinares.

Foram também disponibilizados, durante o exercício de 2009, sete servidores para apuração de Processos Administrativos Disciplinares em outras Regionais (atividades desenvolvidas por determinação da Corregedoria-Geral).

- **Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIAS

ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Capacitação e Legislação de Pessoal

Não há informações significativas sobre a execução da ação no exercício.

- **Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública**

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência/DPRF
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Inteligência

Não há resultados a relatar sobre esta ação.

- **Programa 0750 - Apoio Administrativo**

Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do programa	Não Existe
Gerente executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Principais Ações do Programa

- 2000 - Administração da Unidade
- 2003 – Ações de Informática
- 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
- 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Gestão das Ações

- **Ação 2000 - Administração da Unidade**

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário/Coordenação Geral de Administração/DPRF
Coordenador nacional da ação	ERINALDO RODRIGUES ROBERTO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Seção Administrativa e Financeira

As informações mais significativas sobre a execução da ação no exercício podem ser resumidas na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO DO GASTO	VALOR (R\$)
Diárias	226.749,19
Passagens Aéreas	50.804,63
Material de Consumo	35.970,99
Locação de Mão-de-Obra	750.985,99
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	706.268,78
Obrigações Tributárias e Contributivas	15.775,16
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	32.453,12
Remoção de Pessoal	50.420,58

Serviços de Comunicação em Geral	16.118,50
Material Permanente	14.890,00
TOTAL	1.900.436,94

Os gastos com diárias e passagens aéreas na ação da Administração da Unidade podem ser melhor visualizadas no quadro a seguir:

AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS E PAGAMENTO DE DIÁRIAS NO EXERCÍCIO 2009 POR PLANO INTERNO NA AÇÃO ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE			
PLANO INTERNO	DESCRIÇÃO	DIÁRIAS (R\$)	PASSAGENS (R\$)
1403CFP	CURSO DE FORMACAO PROFISSIONAL	126.613,46	8.008,83
1403CGA	DIÁRIAS ADMINISTRATIVAS CGA	10.335,86	1.271,00
1403CGO	DIÁRIAS ADMINISTRATIVAS CGO	1.467,91	661,00
1403CGPLAM	DIÁRIAS ADMINISTRATIVAS CGPLAM	9.481,43	6.694,00
1403CGRH	DIÁRIAS ADMINISTRATIVAS CGRH	5.034,12	901,00
1403LO	LEILÕES DE VEÍCULOS OFICIAIS	11.901,58	3.802,00
1403RT	DIÁRIAS E PASSAGENS REUNIÕES DE TRABALHO	31.779,08	27.392,76
1403S	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	30.135,75	2.074,04
TOTAIS		226.749,19	50.804,63

Em 2009, foi realizado concurso público para admissão de 300 (trezentos) novos Policiais Rodoviários Federais para compor o efetivo dos Estados do Mato Grosso e do Pará. Para os respectivos cursos de formação, foi criado o Plano Interno 1403CFP para concessão de diárias e aquisição de passagens aéreas para os instrutores. Os cursos tiveram duração de aproximadamente três meses e contaram com a participação de quase todo o quadro de instrutores da Regional, justificando-se, assim, o gasto verificado com diárias e passagens aéreas.

Ainda sobre pagamento de diárias e passagens aéreas, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, através de sua Coordenação Geral de Administração, promove reuniões de trabalho com as Seções Administrativas e Financeiras das Regionais para fins de planejamento estratégico para o exercício e avaliação dos resultados do exercício anterior. Mesmo procedimento se faz para os encontros dos Superintendentes. Todos os custos com diárias e passagens aéreas estão incluídos no Plano Interno 1403RT (Diárias e Passagens Reuniões de Trabalho). Igualmente, os encontros promovidos pela Coordenação Geral de Planejamento e Modernização estão incluídos no Plano Interno 1403CGPLAM (Diárias Administrativas CGPLAM).

Sobre os gastos com locação de mão-de-obra, a 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal realizou licitações, em 2009, para contratação de Serviços de locação-de-obra para Limpeza e Conservação, com fornecimento de todo o material necessário e Apoio Administrativo, tendo em vista expiração da vigência dos contratos anteriores.

A primeira resultou num contrato que previu o emprego de 21 (vinte e um) postos de trabalho - três a mais que no contrato anterior - e que encontra-se em vigor desde Fevereiro de 2009 e que resultou numa execução de R\$ 291.344,92 (duzentos e noventa e um

mil, trezentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos), somada aí a execução do final do contrato anterior.

A de Apoio Administrativo, envolveu dez postos de Operador de Documentos, um de Secretária, um de Copeira, um de Oficial de Serviços Gerais, um de Motorista e dois de Técnico em Operação e Monitoração de Computadores, cujos contratos entraram em vigor em Outubro de 2009. Sua execução, juntamente com a do contrato anterior ficou em R\$ 189.256,73 (cento e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e três centavos).

Entre os serviços de terceiros – pessoa jurídica – destaca-se R\$ 279.411,60 (duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e onze reais e sessenta centavos) gastos com aluguel do imóvel onde está sediada a Unidade. Este valor deve-se ao fato de, em 2008, o prédio ter sido reformado por seu proprietário, que trocou todo o piso, construiu novos banheiros com acessibilidade, também um auditório, um canil, um hangar e um heliporto, além de ter ampliado o espaço dedicado ao almoxarifado e melhorado as instalações elétricas e lógicas. Por conta disso, contratou os serviços de reavaliação do imóvel e requereu correção no valor de locação então vigente.

Toda esta ampliação, aliada à construção do novo Posto de Café do Vento e à ampliação da área ocupada da Delegacia de Campina Grande, refletiram nos gastos com energia elétrica, que somaram R\$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais), incluídos aí R\$ 59.676,46 (cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta e seis reais e quarenta e seis centavos) que foram inscritos em Restos a Pagar.

- **Ação 2003 - Ações de Informática**

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações/Coordenação Geral de Planejamento e Modernização/DPRF
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Telemática

A execução desta ação limitou-se à aquisição de um equipamento *no-break*, por R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e de um servidor de rede, por R\$ 7.740,00 (sete mil, setecentos e quarenta reais), ambos para o Núcleo de Telemática e que melhoraram a qualidade dos serviços da rede da 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.

- **Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social/Coordenação Geral de Recursos Humanos/DPRF
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CÂMARA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Seção de Recursos Humanos

Não há resultados a relatar sobre esta ação.

- **Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	ALECSANDER DIAS TAVARES REIS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Esta ação é de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

- **Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	ALECSANDER DIAS TAVARES REIS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Esta ação é de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

- **Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	ALECSANDER DIAS TAVARES REIS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Esta ação é de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

d) Desempenho Operacional

I. Evolução das receitas e despesas

Não mensurável na Unidade.

II. Indicadores Institucionais de Desempenho

Para o Programa 1386, adota-se como parâmetro de avaliação de desempenho o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com adequadas estruturas física, de dados, de comunicações e de viaturas (eficácia). Seu questionário de avaliação está em fase de aprimoramento, para que sejam padronizados os critérios a serem adotados pelos avaliadores sobre o que é considerado um posto adequado para a Polícia Rodoviária Federal, visto que os utilizados atualmente ainda são empíricos, dependendo, portanto, do ponto de vista de cada um, o que pode levar a resultados não condizentes com a realidade.

A partir do questionário, chega-se aos percentuais de adequação dos postos quanto às estruturas físicas, à tecnologia da informação e quanto à disponibilidade de viaturas. O Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas é, então, obtido a partir da média destes três percentuais. As tabelas a seguir expõem os valores relativos à 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/PB:

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS	
Percentual de postos adequados fisicamente	50,00%
Percentual de postos adequados quanto à Tecnologia da Informação	69,70%
Percentual de postos adequados quanto à disponibilidade de viaturas	68,18%
$I_{caif} = (47,73 + 87,88 + 86,36) / 3 = 62,63\%$	

PROGRAMA 1386	
METAS FÍSICAS DO PPA PARA 2009	68,33% dos postos considerados adequados
RESULTADOS ALCANÇADOS	62,63% dos postos considerados adequados

O indicador informa que 62,63% dos postos da 14ª SRPRF/PB estão adequados fisicamente. Houve um decremento de 11,36% em relação à 2008, onde o índice ficou em 73,99%. A tabela a seguir apresenta o comparativo 2008/2009 por indicadores:

COMPARATIVO 2008/2009			
Indicador	Ano 2008	Ano 2009	Comparativo
Perc. de postos adequados fisicamente	47,73%	50,00%	Melhor – 2,27%
Perc. de postos adeq. quanto à Tec. da Informação	87,88%	69,70%	Pior – 18,18%
Perc. de postos adeq. quanto à disp. de viaturas	86,36%	68,18%	Pior – 18,18%

Para PPA 2008-2011, o Programa 0663 passou a ter definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais. A Sensação de

Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo também responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações do DPRF/MJ. As metas para 2009 estão dispostas na tabela a seguir:

PROGRAMA 0663	
INDICADORES	METAS FÍSICAS DO PPA PARA 2009
Taxa de Mortalidade	1,45 mortos / 10.000 veículos
Taxa de Acidentes	26,5 acidentes / 10.000 veículos
Sensação de Segurança	73,00%

O emprego dessa metodologia em nível de 14ª SRPRF/PB não é viável pois não é possível considerar apenas a frota estadual. Desta forma, procede-se a avaliação de desempenho conforme a tabela abaixo, que demonstra variações moderadas dos índices e uma discreta queda na taxa de mortalidade:

COMPARATIVO ACIDENTES 2008/2009			
	2008	2009	Varição
Total de Acidentes	3292	3512	6,68%
Acidentes com feridos	1283	1415	10,29%
Acidentes sem Vítimas	1855	1937	4,42%
Acidentes com Mortos	154	160	3,90%
Total de Feridos	2045	2220	8,56%
Total de Mortos	181	195	7,76%
Taxa de Mortalidade (Tot. Mortos / Tot. Feridos) * 100	8,85%	8,78%	-0,79%

III. Análise do Desempenho

Como explanado anteriormente, os critérios adotados para avaliar o que é um posto considerado adequado para a Polícia Rodoviária Federal ainda são empíricos, uma vez que os avaliadores atribuem nota 1 (um) para cada resposta “sim” e 0 (zero) para cada resposta “não” do questionário. Diante de um leque tão estreito de opções, qualquer pequena divergência entre os pontos de vista dos avaliadores pode levar a resultados que não condizem com a realidade.

Desta forma, pode-se entender que o pequeno incremento no percentual de postos adequados fisicamente é mais devido à percepção de quem avaliou as instalações do que a melhorias significativas realizadas pela Administração nestes segmentos.

Quanto à Tecnologia da Informação, pode-se afirmar que a piora no índice está relacionada com a idade dos computadores e a lentidão no acesso à rede de dados em alguns postos, problema este que a Administração espera solucionar com a substituição por novos equipamentos adquiridos e com contratação de nova tecnologia de transmissão de dados já explicada quando da apresentação da execução da Ação 8698.

Quanto à redução do percentual de postos adequados no tocante à disponibilidade de viaturas, isto se deve à alienação de 10 (dez) veículos através de Leilão Administrativo realizado em 04/11/2009, pela 15ª SRPRF/RN em parceria com aquela regional, além da do Ceará. Dos veículos leiloados, seis eram de uso nos postos e suas condições de uso, quando muito, eram precárias. No exercício de 2009, a Unidade recebeu apenas dois veículos novos para uso na atividade fim, não suprimindo a lacuna deixada pela saída dos antigos.

e) Programação Orçamentária

I. Programação de Despesas Correntes

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

II. Programação de Despesas de Capital

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

III. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

IV. Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

V. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**Identificação da Unidade Orçamentária**

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF	30107	200109

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200109	0181	9661,12		
			2B11			2.972,00
			2000			1.885.549,92
			2346			158.708,50
			2347			60.844,13
			2524			1.016.076,78
			2723			5.987,47
			2816			2.533,96
			4290			38.492,36
			4526			248,31
			8698			584.975,47
			8703			138.735,33
			8855			32.809,95
8933			64.207,58			
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200109	1835	101.655,20		
			200G	43.978,19		
			2000	14.890,00		
			2003	9.240,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

f) Execução Orçamentária**I. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ****1. Despesas por Modalidade de Contratação**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

3. Evolução de Gastos Gerais

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5. Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

II. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	1.912.834,14	2.467.279,79	1.912.834,14	2.467.279,79
Convite	19.593,80	10.412,50	19.593,80	10.412,50
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	1.893.240,34	2.456.867,29	1.893.240,34	2.456.867,29
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	388.309,60	751.562,16	388.309,60	751.562,16
Dispensa	332.492,07	650.534,16	332.492,07	650.534,16
Inexigibilidade	55.817,53	101.028,00	55.817,53	101.028,00
Regime de Execução Especial	9.878,45	6.934,72	9.878,45	6.934,72
Suprimento de Fundos	9.878,45	6.934,72	9.878,45	6.934,72
Pagamento de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento em Folha	6.250,00	0,00	6.250,00	0,00
Diárias	331.046,98	841.868,26	331.046,98	841.868,26
Outros (Não aplicável)				

2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	8.110,72	9.661,12	8.110,72	9.661,12	0,00	0,00	8.110,72	9.661,12
319008 - Outros benefícios assistenciais	8.110,72	9.661,12	8.110,72	9.661,12	0,00	0,00	8.110,72	9.661,12
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3 - Outras Despesas Correntes	2.719.602,35	4.152.796,75	2.336.344,53	3.699.561,84	383.257,82	453.234,84	2.315.797,53	3.696.136,99
339039 - Outros serviços de terceiros-Pessoa Jurídica	1.098.573,48	1.413.540,09	986.523,91	1.159.990,44	112.049,57	253.549,65	974.283,97	1.156.565,59
339037 – Locação de mão-de-obra	573.484,26	750.985,99	547.370,62	686.837,92	26.113,64	64.148,07	547.370,62	686.837,92
339030 - Material de consumo	520.932,89	822.196,11	282.860,40	712.078,36	238.072,49	110.117,75	274.553,34	712.078,36
Demais elementos do grupo	526.611,72	1.166.074,56	519.589,60	986.087,23	7.022,12	25.419,37	519.589,60	1.140.655,12

3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	72.884,82	132.804,26	190.408,72
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE VIAGENS	576.824,30	331.046,98	841.868,26
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	713.001,29	844.959,37	1.156.328,82
3.1. Publicidade	0,00	0,00	22.500,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	423.170,94	424.001,42	561.729,26
3.3. Tecnologia da Informação	285.243,68	297.588,75	382.842,83
3.4. Outras Terceirizações	4.586,67	123.369,20	189.256,73
4. CARTÃO CORPORATIVO	7.835,96	9.905,45	6.934,72
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	2.083.547,66	2.163.675,43	2.195.540,52

4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	227.445,73	169.763,39	24.759,00	74.349,20		95.414,19	24.759,00	74.349,20
449052 - Equipamentos e material permanente	227.445,73	125.785,20	24.759,00	74.349,20	202.686,73	51.436,00	24.759,00	74.349,20
449030 - Material de consumo	0,00	27.838,94	0,00	0,00	0,00	27.838,94	0,00	0,00
449051 - Obras e instalações	0,00	16.139,25	0,00	0,00	0,00	16.139,25	0,00	0,00
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização da Dívida								

5. Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

As alterações mais significativas ocorridas na programação orçamentária da unidade foram as limitações com gastos com investimento, devido ao contingenciamento no exercício, que prejudicaram a execução e atendimento do público-alvo da Administração.

III. Execução Orçamentária por Programa de Governo**1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

2. Análise Crítica da execução orçamentária por programa de governo

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

IV. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

1. Análise Crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

g) Indicadores Institucionais

COMPARATIVO 2008/2009			
OCORRÊNCIAS	2008	2009	VARIAÇÃO (%)
Total de Acidentes	3.292	3.512	6,68
Acidentes com feridos	1.283	1.415	10,29
Acidentes sem vítimas	1.855	1.937	4,42
Acidentes com mortos	154	160	3,9
Total de feridos	2.045	2.220	8,56
Total de mortos	181	195	7,73
Taxa de Mortalidade	8,85	8,78	-0,79
Veículos fiscalizados	115.424	124.391	7,77
Autos de Infração extraídos	28.514	37.169	30,35
Auxílios a usuários	2.943	3.192	8,46
Veículos retidos	3.374	2.111	-37,43
Pessoas detidas	971	922	-5,05
Armas de fogo apreendidas	51	47	-7,84
CNHs recolhidas	860	1.219	41,74
Drogas apreendidas (g)	172.942	183.800	6,28
CDs/VHS/DVDs	2.121	2.552	20,32
Cigarros apreendidos (pacotes)	25.247	64.494	155,45

Como já explanado anteriormente, as rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, e o Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT. As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o seu combate devido à facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes. Os números acima reforçam a capacidade que tem a Polícia Rodoviária Federal de atuar no sentido de reduzir os graves parâmetros da situação da segurança pública de nossas rodovias federais.

Já sobre os acidentes de trânsito, cumpre ressaltar que, apesar nos números crescentes em relação a 2008, a intensificação das ações desenvolvidas pela Polícia Rodoviária Federal no sentido de combatê-los refletiram-se na redução da taxa de mortalidade. Sua atuação está no dia-a-dia, não se limita apenas ao calendário de operações, nos feriados e fins de semanas prolongados.

Através destas ações, a Polícia Rodoviária Federal pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

3 – Recursos Humanos

a) Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	266	286	400
Próprios	266	286	400
Requisitados	0	0	0
Celetistas	0	0	0
Cargos de livre provimento	0	0	0
Estatutários	0	0	0
Não Estatutários	0	0	0
Terceirizados	71	75	75
Total	337	341	341

I. Composição e Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	264		15.531.378,71					
2008	270		16.309.177,81					
2009	272		18.476.962,49					
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	Situação não existente na Unidade							
2008	Situação não existente na Unidade							
2009	Situação não existente na Unidade							
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
2008	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
2009	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	Situação não existente na Unidade							
2008	Situação não existente na Unidade							
2009	Situação não existente na Unidade							
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	Situação não existente na Unidade							
2008	Situação não existente na Unidade							
2009	Situação não existente na Unidade							
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	33	R\$ 423.170,94	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	22	R\$ 79.200,00
2008	33	R\$ 424.001,42	14	R\$ 105.684,70	0	R\$ 0,00	6	R\$ 18.478,67
2009	35	R\$ 561.729,26	15	R\$ 189.256,73	0	R\$ 0,00	21	R\$ 69.893,95

b) Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

c) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Algumas informações relativas a indicadores gerenciais sobre recursos humanos são alimentadas pela Unidade Jurisdicionada. Os objetivos e metas fixados e as conclusões quantitativas e qualitativas deles decorrentes sobre a gestão de recursos humanos ficam a cargo da Coordenação Geral de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Esta Unidade dispõe das seguintes informações:

ABSENTEÍSMO

Quantidade de servidores com afastamentos	128
Quantidade em dias de afastamentos	4627
Média dias/servidor afastado	36,15
Índice anual geral de absenteísmo	9,90%

ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS

Quantidade de servidores acidentados	4
Efetivo médio em 2009	272
Percentual de servidores acidentados	1,47%
Total de dias de afastamento de acidentados em 2009	87

PERFIL ETÁRIO

Quantidade de servidores entre 18 e 21 anos	0
Quantidade de servidores entre 21 a 25 anos	0
Quantidade de servidores entre 25 a 30 anos	20
Quantidade de servidores entre 30 a 35 anos	35
Quantidade de servidores entre 35 a 40 anos	69
Quantidade de servidores entre 40 a 50 anos	98
Quantidade de servidores entre 50 a 60 anos	40
Quantidade de servidores com mais de 60 anos	4
TOTAL	266

ROTATIVIDADE (*TURNOVER*) - 2009

Servidores admitidos	0
Servidores exonerados	0
Servidores demitidos	0
Servidores aposentados	5
Servidores falecidos	1

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Servidores com formação Superior	164
Servidores com formação Média	100
Servidores com formação Fundamental	4

EDUCAÇÃO CONTINUADA

Descrição da Ação	Qtd horas	Efetivo
Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR – para municípios da Paraíba	60	1
Programa de Atualização Policial Modulo II - Uso Legal da Força, Armamento e Tiro	30	94
Curso de Radar Eletrônico denominado de Treinamento em Operação de Radar Fotográfico	10	22
Curso de Especialização Lato Sensu em Segurança Pública	480	1
Curso de Formação em Resgate – 2009	360	1
Curso de Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e de Sistema de Registro de Preços	28	1
Palestra de Caráter Informativo com Instrução sobre Carabina Taurus CT.40	4	1
Palestra com Instrução sobre Procedimentos de Segurança em Operações com apoio aéreo	4	1
Curso de Formação e Reciclagem do Corpo de Voluntários de Emergência/2009	28	3
Br Office Avançado	60	14
Curso de Requalificação em Atendimento Pré-Hospitalar – APH – Nível Básico	42	15
Convênio CESPE - Processo Administrativo e Direito de Petição	24	27
Treinamento Combate a Crimes Praticados por meio da Internet	8	2
Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária	80	2
Curso de Gestão de Trânsito	24	2
Convênio CESPE - Curso de Relações Interpessoais na Administração Pública	16	22
Curso Transporte de Cargas Perigosas- - Combustíveis	3	1
Programa de Capacitação de Policiais e Agentes Públicos no Combate à Pirataria	6	4
Palestra Sobre Direção Defensiva e Segurança no Trabalho	8	5
Programa de Atualização Policial Módulo IV – Atualização Levantamento Local Acidentes	11	160
Instrução Teórico para Utilização de Etilômetros	8	2
Curso de Capacitação Específica de Transporte Aeromédico – Módulo de Resgate Primário – Segurança Pública e Defesa Civil	30	1

DISCIPLINA (OCORRÊNCIAS EM 2009)

Quantidade de servidores com faltas não justificadas	1
Quantidade de servidores com suspensão disciplinar	3

DEMANDAS TRABALHISTAS

Demandas trabalhistas da UJ em 2009	25
-------------------------------------	----

d) Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos

Não há dados a relatar.

4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não aplicável à Unidade no exercício 2009.

5. Pagamento de Restos a Pagar – Exercício 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 20.547,00	-	R\$ 17.137,42	R\$ 3.409,58
2007	R\$ 37,24	-	-	R\$ 37,24
2006	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 585.944,55	-	R\$ 487.236,94	R\$ 98.707,61
2007	R\$ 63.229,16	-	-	R\$ 63.229,16
2006	R\$ 2.013,82	-	-	R\$ 2.013,82
Observações:				

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Não há dados a relatar.

7 - Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à Unidade no exercício 2009.

9. Renúncias Tributárias

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.

11. Deliberações dos Órgãos de Controle**a) Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno**

Não houve para o exercício.

b) Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Não houve para o exercício.

12. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

a) Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
Admissão	0	0
Desligamento	0	0
Aposentadoria	5	5
Pensão	1	1

13. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Não há, no âmbito da Unidade, convênio firmado e cadastrado no Sistema SICONV.

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Não há.

B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**1. Declaração do contador responsável**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
14ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/PB		200122	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</p> <p>A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	04 de março de 2010
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7